



RELATÓRIO ANUAL 2024

*Mudar sistemas,
mudar vidas*



Índice

Prefácio	3
Sobre a ECLT	4
Destaques 2024	9
Indonésia	13
Maláui	15
Moçambique	17
Tanzânia	19
Uganda	21
EUA	23
Zimbabué	25
Reforçar a promoção e o envolvimento político	27
Fórum das Nações Unidas sobre Empresas	
e Direitos Humanos	28
A promessa: 10 anos depois	29
Finanças	31
A Fundação ECLT	32



Prefácio



Dr. Innocent Mugwagwa
Diretor Executivo
Fundação ECLT

Caros Amigos,

Tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual da Fundação ECLT de 2024, que documenta os nossos progressos contínuos na luta contra o trabalho infantil.

O relatório deste ano, ***Mudar sistemas, mudar vidas***, documenta não só os nossos progressos, mas também o crescente ímpeto por trás da nossa missão coletiva. Trabalhamos em sete países e muitas comunidades, em estreita colaboração com governos, agências reguladoras, a sociedade civil, empresas e comunidades agrícolas para transformar políticas em práticas e promessas em mudanças tangíveis. Do Maláui à Indonésia, da promoção nos Estados Unidos da América à melhoria do acesso ao financiamento nos campos da Tanzânia, os nossos programas capacitaram famílias, dotaram instituições e amplificaram as vozes das crianças.

A urgência da nossa missão permanece clara.

A agricultura continua a ser o setor com a maior prevalência de trabalho infantil em todo o mundo, com milhões de crianças a realizar trabalhos perigosos que ameaçam a sua saúde, educação e futuro. Porém, não obstante estes desafios, sinto-me encorajado pelos progressos tangíveis que testemunhámos através da nossa estratégia

três vertentes que consiste em trabalhar com os Estados, apoiar as empresas e implementar iniciativas a nível comunitário.

Em 2024, as nossas parcerias resultaram em importantes conquistas. Na Indonésia, apoiámos o lançamento de princípios orientadores abrangentes em matéria de práticas de trabalho destinadas às cadeias de abastecimento agrícolas. Na Tanzânia, formalizámos colaborações com o governo e os conselhos de culturas para estabelecer normas de sustentabilidade para todo o setor. No Zimbabué, coorganizámos uma Indaba sobre trabalho infantil que reuniu partes interessadas de diferentes setores com a finalidade de desenvolver um plano de ação coordenado. Estes esforços exemplificam o nosso compromisso em catalisar a ação coletiva a nível político.

Ao nível comunitário, o nosso impacto tem sido igualmente significativo.

Através de iniciativas como o PROCLAIM, no Maláui, e o UPSKILL, em Moçambique, dotámos famílias vulneráveis de literacia financeira, proporcionámos formação profissional a jovens e reforçámos os sistemas de proteção das crianças. Mais de 3.000 crianças foram retiradas ou protegidas do trabalho infantil, enquanto mais de 44.000 foram indiretamente impedidas de começar a trabalhar através do apoio prestado aos seus cuidadores.

Assinalámos igualmente um marco importante – uma década desde o lançamento da nossa Promessa de Compromisso. Este quadro abrangente do setor reforçou significativamente a diligência devida dos nossos contribuidores e melhorou as práticas em toda a cadeia de abastecimento do tabaco e além desta, demonstrando o impacto do compromisso e da responsabilidade sustentados.

Ao olharmos para o futuro, para a VI Conferência Mundial sobre a Eliminação do Trabalho Infantil, em 2026, levamos connosco os conhecimentos e o ímpeto deste último ano. **O caminho para um setor agrícola sem trabalho infantil continua a ser complexo, mas juntos – com agricultores, decisores políticos, trabalhadores e líderes empresariais – estamos a construir as estruturas necessárias para o tornar possível.**

Em nome da Fundação ECLT, gostaria de expressar os meus profundos agradecimentos aos nossos parceiros, contribuidores e comunidades que ajudaram a tornar 2024 um ano de ação e esperança.

Vamos continuar a caminhar em frente – unidos num propósito e comprometidos com as crianças.

Sobre a ECLT

A Fundação para a Eliminação do Trabalho Infantil no Cultivo do Tabaco é uma organização mundial sem fins lucrativos dedicada a combater o trabalho infantil nas comunidades agrícolas, através de soluções colaborativas e sustentáveis.

Somos membros do Pacto Global da ONU e temos um estatuto consultivo especial junto do Conselho Económico e Social da ONU, o que reflete o nosso compromisso com os direitos humanos e os princípios de desenvolvimento sustentável internacionalmente reconhecidos.

A ECLT dedica-se a promover a eliminação do trabalho infantil, combatendo as suas causas profundas, nomeadamente a redução da pobreza,

a melhoria dos meios de subsistência dos agricultores e o reforço dos sistemas de ensino nas comunidades agrícolas.

Ao reunir governos, empresas, agricultores e as partes interessadas locais, a Fundação desenvolve estratégias inovadoras que não só retiram as crianças de trabalhos perigosos, como também criam mudanças sistémicas que previnem o trabalho infantil na sua origem.

Com mais de duas décadas de experiência, a ECLT tornou-se um líder reconhecido no domínio da proteção das crianças, gerando um impacto significativo nas comunidades agrícolas e demonstrando uma abordagem abrangente para salvaguardar o futuro das crianças.

“

A ECLT promove a eliminação do trabalho infantil na agricultura





A NOSSA MISSÃO

A Fundação ECLT catalisa o poder dos Estados, das empresas e das comunidades numa ação coletiva para eliminar todas as formas de trabalho infantil na agricultura

A ECLT é uma organização pioneira dedicada à erradicação do trabalho infantil através de uma abordagem abrangente e estratégica.

Estamos empenhados em transformar a vida das crianças nas comunidades agrícolas, enfrentando os complexos desafios sistêmicos que perpetuam o trabalho infantil.

O nosso trabalho vai mais além das intervenções imediatas, centrando-se na criação de soluções sustentáveis a longo prazo que capacitem as instituições e protejam os direitos fundamentais das crianças.



A NOSSA VISÃO

Agricultura sem qualquer forma de trabalho infantil

A nossa visão é a de um mundo onde nenhuma criança seja obrigada a trabalhar, onde as comunidades agrícolas prosperem economicamente e a educação seja acessível a todas as crianças.

O nosso objetivo final é quebrar o ciclo da pobreza e da exploração, criando ambientes que priorizem o bem-estar, a educação e as oportunidades futuras das crianças.

Acreditamos que ao combater as causas profundas do trabalho infantil e promover soluções de colaboração, podemos mudar fundamentalmente o panorama da proteção infantil nas comunidades agrícolas.



OS NOSSOS OBJETIVOS

1. Apoiar os Estados

a reforçar a capacidade de criar sistemas sólidos de proteção das crianças nas comunidades agrícolas.

2. Apoiar das empresas

por forma a aumentar a sua capacidade de combater todas as formas de trabalho infantil nas comunidades agrícolas.

3. Apoiar a implementação

de soluções baseadas em dados concretos para que as partes interessadas acabem com todas as formas de trabalho infantil nas comunidades agrícolas.

O que fazemos

PARA ELIMINAR O TRABALHO INFANTIL

A Fundação ECLT prossegue uma abordagem integrada baseada nos direitos humanos para eliminar o trabalho infantil, a qual inclui a capacitação das famílias e o combate às normas sociais nefastas que perpetuam o trabalho infantil, a promoção de uma conduta empresarial responsável e o reforço da legislação e instituições para o restringir.

A nossa abordagem reconhece que o trabalho infantil resulta de falhas em três níveis interligados



Nível estatal

- Quadro jurídico
- Qualidade do ensino e acesso
- Estrutura do mercado
- Acesso a competências e formação profissional para crianças com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego
- Proteção social, inspeção do trabalho e sistemas de encaminhamento



Nível empresarial

- Abordagens colaborativas
- Défices de trabalho digno
- Rendimentos de subsistência
- Normas mínimas
- Lacunas de capacidade



Nível comunitário

- Fatores culturais e sensibilização
- Saúde e segurança
- Capacitação das mulheres
- Acesso a financiamento
- Pobreza e dependência funcional
- Oportunidades de emprego
- Formação empresarial e literacia financeira
- Informalidade



Porque o fazemos

A ECLT mobiliza a força coletiva de governos, empresas e comunidades locais para impulsionar ações coordenadas no sentido de eliminar todas as formas de trabalho infantil nos setores agrícolas.

Através desta estratégia em três vertentes, a ECLT catalisa ações coletivas que visam a eliminação sustentável do trabalho infantil na agricultura.

1 Trabalhar com os Estados

Colaboramos com os governos, porque muitas das causas profundas do trabalho infantil – como as lacunas na educação e a inadequada proteção social – advêm de questões de governação.

Considerando que as empresas e as ONG não podem substituir funções essenciais do governo, é crucial uma colaboração eficaz com os Estados para alcançar progressos significativos na luta contra o trabalho infantil.

2 Apoiar das empresas

Ajudamos as empresas a eliminar o trabalho infantil, promovendo a responsabilidade empresarial ao longo das cadeias de abastecimento.

A ECLT presta um apoio crucial através da transferência de competências e de abordagens colaborativas, dado que as empresas carecem frequentemente de capacidade para fazer face, por si só, a questões sociais complexas como o trabalho infantil.

Além disso, fornecemos estruturas como a Promessa de Compromisso, que ajudam os membros a alinhar, reforçar e expandir as suas políticas e práticas para combater o trabalho infantil.

3 Iniciativas a nível comunitário

Implementamos programas de base que promovem a educação, incentivam a poupança e desenvolvem abordagens inovadoras para melhorar os rendimentos e os meios de subsistência dos agricultores.

Estes esforços a nível comunitário constituem oportunidades para recolher dados que servem de base para intervenções em maior escala com os Estados e as empresas.



Como o fazemos

Analizamos as causas profundas do trabalho infantil – pobreza, carência de educação e dificuldades económicas – e enfrentamo-las com soluções holísticas.

Ao melhorar os meios de subsistência dos agricultores, promover a educação, fortalecer as instituições e proporcionar formação profissional e apoio económico, ajudamos as comunidades a criar ambientes seguros e solidários, onde as crianças podem aprender e prosperar.

Colaboração das partes interessadas

Unimos governos, empresas, comunidades, sindicatos e parceiros globais para combater o trabalho infantil. Ao promover a colaboração, mesmo entre interesses divergentes, mantemos a proteção infantil no centro de todas as conversas.

Reforço das capacidades

Dotamos as comunidades, as empresas e os governos locais de competências e conhecimentos para prevenir o trabalho infantil. Os nossos programas de formação abrangem desde a literacia básica para crianças até sessões avançadas sobre proteção infantil, direitos humanos e agricultura sustentável.

Promoção e políticas

Promovemos legislações mais rigorosas contra o trabalho infantil e uma melhor aplicação das mesmas. Através da promoção e do apoio político, ajudamos a formular a legislação que protege os direitos das crianças.

Envolvimento da comunidade

Trabalhamos em estreita colaboração com as comunidades agrícolas para reforçar a sensibilização, mudar práticas nocivas e oferecer alternativas sustentáveis que atenuem as pressões financeiras sobre as famílias.

Responsabilidade pelas cadeias de abastecimento

Definimos e cumprimos normas relativas ao trabalho infantil em todas as cadeias de abastecimento agrícolas. Em parceria com agricultores, empresas e reguladores, criamos sistemas que garantem práticas responsáveis e protegem as crianças.

Compromisso com os direitos humanos

O nosso trabalho assenta num firme compromisso com os direitos das crianças. O nosso foco é a mudança sistémica para que as crianças tenham acesso à educação, proteção e oportunidades.

Destques 2024

Desde 2011, a Fundação ECLT já abrangeu mais de 1,5 milhões de crianças, agricultores e famílias. Em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) desde a sua criação, trabalhamos de forma consistente para eliminar o trabalho infantil na agricultura. Aqui estão os nossos destaques de 2024, em que trabalhamos com sete países.

1 ERRADICAR A POBREZA

+6.000

cuidadores pouparam ativamente dinheiro através de grupos VSLA no Maláui, Moçambique, Tanzânia e Uganda.

+11.000

jovens participaram em VSLA de jovens no Maláui, ficando assim capacitados em termos financeiros.

80%

das famílias membros de VSLA registaram um aumento do rendimento familiar real na Tanzânia.



2 ERRADICAR A FOME



+37.650

crianças com acesso a refeições escolares no Maláui, melhorando a concentração e o desempenho.

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



+1.850

crianças receberam kits escolares em Moçambique.

417

professores formados no Maláui e em Moçambique.

8

escolas com infraestruturas melhoradas no Maláui e em Moçambique, criando um ambiente mais propício à aprendizagem das crianças.

96%



dos pequenos agricultores, membros de VSLA, a quem foram concedidos microcréditos no Maláui e na Tanzânia eram mulheres.

5 IGUALDADE DE GÉNERO



8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO

17

comissões de proteção de crianças no Maláui, em Moçambique e na Tanzânia melhoraram a sua sustentabilidade através do lançamento de atividades geradoras de rendimento.

2

grupos de trabalho dedicados à sustentabilidade específicos do setor formados na Tanzânia, nomeadamente nos setores do sisal e do tabaco.

172

jovens que se encontravam ou estavam em risco de iniciar trabalhos perigosos em Moçambique concluíram o Ensino Técnico e Formação Profissional (ETFP).

+44.000

crianças indiretamente impedidas de iniciar trabalho infantil mediante a prestação de apoio aos meios de subsistência dos seus cuidadores.



143

reuniões comunitárias realizadas no Maláui para questionar e combater normas e construções sociais prejudiciais.

5

iniciativas de investigação em matéria de trabalho infantil realizadas na Indonésia, Maláui, Moçambique, Tanzânia e Zimbabué.

278

jovens receberam kits de ferramentas para iniciar um negócio em Moçambique e na Tanzânia, a fim de poderem gerar rendimentos aplicando as suas competências de forma independente.

725

pequenos agricultores receberam formação sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho (Código ALP) no Zimbabué, juntamente com o TIMB.

+3.000

crianças foram retiradas ou protegidas do trabalho infantil em todos os projetos.

+31.900

pessoas abrangidas por ações de sensibilização sobre os perigos do trabalho infantil e a forma de prevenir e reparar os casos de trabalho infantil.

9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS



778

pequenos agricultores, membros de VSLA, tiveram acesso a microcréditos no Maláui e na Tanzânia.

240

VSLA obtiveram acesso a soluções bancárias digitais no Uganda.



1.680

crianças que frequentavam o ensino primário em Moçambique receberam certidões de nascimento, o que felicitará a inscrição no ensino secundário.

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS



3

países onde o diálogo social foi apoiado, facilitando as consultas e o intercâmbio de informações sobre o trabalho infantil em diferentes setores - nomeadamente a Indonésia, a Tanzânia e o Zimbabué.

35

partes interessadas, incluindo ministérios, associações de trabalhadores e de empregadores, a sociedade civil e empresas de cacau, óleo de palma e tabaco, reúnem-se periodicamente no âmbito da PAACLA da Indonésia para coordenar ações contra o trabalho infantil.

Onde trabalhamos em 2024

Em 2024, a Fundação ECLT apoiou a implementação de projetos integrados de base local, financiou iniciativas de investigação e prestou assistência técnica a governos, empresas e comunidades agrícolas em sete países.



Indonésia

Criar normas para uma conduta empresarial responsável na agricultura

O projeto **Acelerar o Impacto das Ações Coletivas contra o Trabalho Infantil (ACCLAIM)**, iniciado em julho de 2023 na Indonésia, é implementado pela **JARAK (Jaringan LSM untuk Penanggulangan Pekerja Anak)** em estreita coordenação com o **Secretariado Nacional da PAACLA da Indonésia**.

O projeto centra-se na eliminação do trabalho infantil no setor agrícola.

Em 2024, o projeto concluiu com sucesso a sua primeira fase, que se concentrou na promoção a nível nacional, e deu passos significativos para preparar a segunda fase. Com o apoio do governo, do setor agrícola e da sociedade civil, a PAACLA da Indonésia desenvolveu e publicou princípios

orientadores sobre a aplicação das normas ALP, proporcionando um quadro para reforçar os esforços de diligência devida no setor.

Paralelamente, os preparativos para a implementação do Sistema de Monitorização e Remediação do Trabalho Infantil (CLMRS) começaram com atividades ao nível comunitário, incluindo esforços para estabelecer e dotar as estruturas comunitárias, bem como o desenvolvimento de um sistema de base de dados concebido para monitorizar e resolver eficazmente os casos de trabalho infantil.

A segunda fase, programada para ser lançada em 2025, irá basear-se nestes alicerces para implementar o CLMRS em grande escala.





Os princípios orientadores da ALP: Um compromisso partilhado para promover práticas de trabalho éticas

Em 2024, a Indonésia alcançou um marco importante na luta contra o trabalho infantil com o lançamento da publicação Práticas de Trabalho para Combater o Trabalho Infantil: Princípios orientadores para empresas e cadeias de abastecimento do setor agrícola.

Desenvolvidos através de uma colaboração multilateral liderada pela PAACLA da Indonésia, os princípios orientadores proporcionam às empresas um quadro claro para prevenir, monitorizar e reparar o trabalho infantil nas suas cadeias de abastecimento.

O setor agrícola continua a ser uma das maiores fontes de trabalho infantil na Indonésia, onde milhares de crianças trabalham em condições perigosas que colocam em risco o seu bem-estar e o seu futuro. Reconhecendo este desafio, os princípios orientadores consolidam os regulamentos nacionais e internacionais em medidas concretas que as empresas podem adotar para defender os direitos das crianças e, simultaneamente, promover condições de trabalho mais seguras e justas. Enfatizam a importância da diligência devida, de salários que assegurem a subsistência, da proteção social e de direitos laborais sólidos como motores essenciais de uma mudança sustentável.

A elaboração destes princípios orientadores foi possível graças a um esforço colaborativo que contou com a participação de ministérios, líderes industriais dos setores do cacau, óleo de palma e tabaco, bem como organizações da sociedade civil, como a JARAK, a ECLT, a OIT e a Save the Children. Este processo sublinhou o poder da parceria no combate aos desafios sistémicos e na promoção de práticas de trabalho éticas.

Sumarjono Saragih, Presidente da GAPKI, a Associação Indonésia de Óleo de Palma, declarou que ***“os princípios orientadores da PAACLA da Indonésia em matéria de práticas de trabalho reforçarão e legitimarão a iniciativa da Indonésia de criar um setor agrícola sem trabalho infantil, à semelhança da visão da GAPKI de uma indústria de óleo de palma amiga das crianças”***.

À medida que os princípios orientadores avançam no sentido da implementação, representam mais do que um mero documento político – **assinalam um compromisso partilhado de transformar a agricultura num setor onde as crianças são protegidas, os direitos dos trabalhadores são respeitados e as empresas desempenham um papel ativo na construção de um futuro mais justo.**

Maláui

Criar capacidades com vista a práticas de trabalho sustentáveis na agricultura



O trabalho infantil continua a ser um enorme desafio no Maláui, particularmente no setor agrícola.

Não obstante os esforços significativos para erradicar as suas formas mais nocivas, muitas crianças continuam a ser sujeitas a condições de trabalho perigosas. A persistência deste problema é motivada por fatores como a pobreza generalizada, o acesso limitado a uma educação de qualidade, normas sociais profundamente enraizadas e a existência continuada do sistema de arrendamento.

Ainda que legalmente abolido em 2021, o sistema de arrendamento persiste em certas regiões, contribuindo para

a servidão por dívidas e o trabalho forçado. Estas práticas de exploração acarretam graves riscos para a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar futuro das crianças.

Em resposta às questões prementes relacionadas com o trabalho infantil, a Fundação ECLT prosseguiu a sua colaboração com o Ministério do Trabalho do Maláui em 2024, com um claro foco no reforço das capacidades e na promoção das normas em matéria das Práticas de Trabalho Agrícola (PTA).

Esta parceria visa reforçar a capacidade do Ministério para enfrentar o trabalho infantil e assegurar a implementação

generalizada de práticas de trabalho sustentáveis no setor agrícola do Maláui.

Ao reforçar a capacidade do Ministério, a ECLT está a ajudar a criar uma mudança duradoura que protegerá as crianças e garantirá um futuro mais seguro e mais equitativo a todos os trabalhadores.

Uma pedra angular desta parceria foi a realização de sessões de Formação de Formadores em 2024, que desempenharam um papel fundamental na capacitação das principais partes interessadas em todo o país. Estas sessões dotaram funcionários governamentais, líderes

industriais e promotores comunitários dos conhecimentos e ferramentas necessários para implementar práticas de trabalho responsáveis a todos os níveis.

Ao ampliar o número de formadores qualificados, a ECLT e o Ministério do Trabalho estão a lançar as bases para uma adoção mais ampla e uma aplicação rigorosa das normas ALP em todo o setor agrícola do Maláui.

Esta iniciativa não só melhorará as condições de trabalho como também reforçará a resiliência das comunidades, garantindo um impacto a longo prazo na luta contra o trabalho infantil.

Promover a capacitação da comunidade para uma transformação duradoura

O projeto **Proteger o futuro: Acabar com o Trabalho Infantil na Agricultura no Maláui (PROCLAIM)** tem sido um pilar central dos esforços da ECLT para combater o trabalho infantil no país.

Implementado pela CARE International em parceria com a Fundação MicroLoan e a Rays of Hope, o PROCLAIM foi lançado em janeiro de 2020 com financiamento da Fundação ECLT.

Em alinhamento com o compromisso do governo do Maláui de acabar com o trabalho infantil, o projeto visa especificamente as regiões agrícolas onde o problema é mais prevalente.

Ao capacitar as famílias através da inclusão financeira, do apoio educativo e de iniciativas de proteção das crianças orientadas para a comunidade, o PROCLAIM combate as causas profundas do trabalho infantil – incluindo a pobreza e as limitadas oportunidades económicas. Ao trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas locais, o projeto oferece oportunidades de subsistência alternativas às famílias, garantindo que as crianças possam continuar na escola e protegidas contra a exploração no trabalho.

Ao combater estes desafios sistémicos, o PROCLAIM contribui para a redução sustentável do trabalho infantil e apoia melhorias a longo prazo no setor agrícola do Maláui.

“

Capacitar as famílias através da inclusão financeira, do apoio à educação e de iniciativas de proteção das crianças orientadas para a comunidade



Veja as histórias de sucesso do PROCLAIM



[Clique para ver o vídeo](#)

A verdadeira mudança é possível



[Clique para ver o vídeo](#)

O poder transformador da inclusão financeira



[Clique para ver o vídeo](#)

Capacitar jovens do Maláui



Moçambique

Apoiar a transição dos jovens das comunidades rurais para um emprego seguro e digno

O trabalho perigoso representa a maior categoria entre as piores formas de trabalho infantil, afetando aproximadamente 79 milhões de crianças que trabalham em condições que comprometem sua saúde, desenvolvimento e bem-estar em diversos setores, nomeadamente na agricultura.

A falta de acesso a uma educação de qualidade é um dos principais fatores que impelem as crianças para o trabalho infantil, ao passo que a pobreza as coloca em risco de participar em trabalhos perigosos.

Para reduzir o trabalho infantil perigoso, promover uma educação equitativa

e a aprendizagem ao longo da vida para as crianças, bem como fomentar o trabalho digno e o crescimento económico em Moçambique, a Fundação ECLT uniu forças com as principais partes interessadas da indústria do tabaco e o governo em 2024 para implementar o Projeto UPSKILL na província do Niassa.

Este projeto centra-se sobretudo em facilitar o acesso dos jovens com idades entre os 15 e os 17 anos que se encontram ou estão em risco de iniciar trabalhos perigosos nas comunidades agrícolas ao Ensino Técnico e Formação Profissional (ETFP) dos governos e dotá-los das ferramentas e equipamento necessários para

aplicarem as competências que aprenderam, iniciando atividades geradoras de rendimento de forma independente.

“Estas formações técnico-profissionais são uma oportunidade para que as crianças moçambicanas que não têm acesso a uma educação de qualidade devido à pobreza possam manter vivo o sonho de aceder a um futuro de trabalho digno e seguro, desempenhando trabalhos que contribuam para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades”,

Pedro Lenine Cumbana, Diretor de Programas, Fundação Apoio Amigo (FAA).



Certidões de nascimento:
Abrir portas em Moçambique

Nos primeiros nove meses de implementação, 118 crianças com idade superior à idade mínima de admissão ao emprego das comunidades produtoras de tabaco nos distritos de Cuamba e Mandimba frequentaram ETPF em carpintaria, soldadura, reparação de motociclos, alfaiataria, cabeleireiro e culinária.

Todas as 118 crianças formaram-se com sucesso e receberam kits de ferramentas para aplicar essas competências e auferir um rendimento num local de trabalho seguro e digno.

Entrega de certidões de nascimento através do CLMRS

Uma causa generalizada de abandono escolar quando as crianças deveriam fazer a transição do ensino primário

para o secundário é a falta de certidões de nascimento, uma vez este documento oficial é necessário para a matrícula no ensino secundário.

Assim, muitas crianças das comunidades agrícolas rurais acabam por ficar numa situação vulnerável, sem outra alternativa que não seja trabalhar numa idade muito precoce e muitas vezes em condições perigosas.

Adicionalmente à emissão de certidões de nascimento, foram implementadas outras atividades essenciais ao longo de 2024 no âmbito do projeto-piloto do Sistema de Monitorização e Remediação do Trabalho Infantil (CLMRS), que visava diretamente o reforço da prevenção do trabalho infantil a nível comunitário. Como forma de reforçar os meios de subsistência das famílias rurais nas

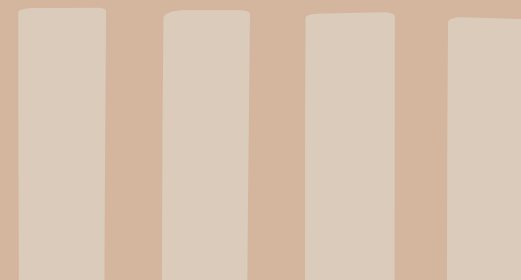
comunidades alvo da produção de tabaco, mais de 100 famílias receberam formação em gestão empresarial, bem como orientação e recursos para iniciar negócios avícolas, tendo sido igualmente criadas associações de poupança e crédito em todas as comunidades alvo, com o objetivo de apoiar a poupança conjunta e o acesso ao crédito.

Para evitar que as crianças abandonem a escola primária, os professores receberam formação sobre métodos de ensino as infraestruturas escolares foram melhoradas para criar um ambiente de aprendizagem propício.

Além disso, as crianças com um fraco desempenho escolar foram apoiadas através de grupos de aprendizagem entre pares depois das aulas.



“
118 crianças concluíram
com sucesso o programa
de formação de
competências em 2024



Tanzânia

Colaboração abrangente no setor agrícola para a eliminação do trabalho infantil

O ano de 2024 constituiu um período marcante para a Fundação ECLT, pontuado por progressos significativos na nossa missão de apoiar a eliminação do trabalho infantil no setor agrícola na Tanzânia.

Com base nos alicerces lançados em 2023, os nossos esforços de colaboração com as principais partes interessadas produziram resultados promissores e espera-se que atinjam novos marcos ao longo de 2025, preparando o terreno para uma mudança sustentável.

No seguimento de uma reunião tripartida alargada realizada na Tanzânia, onde a ECLT apresentou as conclusões relativas a seis produtos agrícolas, o Ministério de Estado, Gabinete do Primeiro-Ministro - Trabalho, Juventude, Emprego e Pessoas com Deficiência (PMOLYED) e a ECLT assinaram um Memorando de Entendimento que formaliza o seu compromisso conjunto de eliminar o trabalho infantil.

Esta parceria sublinha o nosso empenho comum em assegurar a abolição efetiva do trabalho infantil e a promoção do trabalho digno na agricultura.

Além disso, como resultado direto da reunião tripartida alargada, a ECLT celebrou igualmente memorandos de entendimento com o Conselho do Sisal da Tanzânia (TSB) e o Conselho do Tabaco da Tanzânia (TTB). Estes acordos foram fulcrais para promover a colaboração e o compromisso de sustentabilidade em todo o setor.

Com a assistência técnica da ECLT, ambos os conselhos de culturas criaram grupos de trabalho dedicados à sustentabilidade para as respetivas indústrias.



Estes grupos são constituídos por representantes dos intervenientes nas indústrias do sisal e do tabaco na Tanzânia, sendo o seu principal objetivo coordenar os esforços de sustentabilidade em toda a indústria, assegurando que todas as partes interessadas estão alinhadas nas suas metas e podem divulgar adequadamente as suas ações.

Os grupos de trabalho dedicados à sustentabilidade formados sob os auspícios do TSB e do TTB foram uma pedra angular dos nossos esforços em 2024. Estes grupos estão a trabalhar ativamente com o governo da Tanzânia e com a Fundação ECLT para desenvolver e estabelecer um conjunto de normas mínimas para o subsetor agrícola das culturas.

Ao definir estas normas, visamos criar um quadro unificado que promova o respeito pelos princípios e direitos internacionais no trabalho, incluindo a tolerância zero a todas as formas de trabalho infantil.

Face ao futuro, a ECLT está determinada a consolidar o ímpeto alcançado em 2024. Vamos focar-nos na consolidação das parcerias, estreitando a colaboração com o Ministério do Trabalho, prestando assistência técnica para reforçar o quadro jurídico nacional sobre o trabalho infantil, bem como com o Conselho do Tabaco da Tanzânia e o Conselho do Sisal da Tanzânia, para assegurar a implementação eficaz das normas estabelecidas.

Reforçar os meios de subsistência rurais como forma de prevenir o trabalho infantil

A capacitação dos pequenos agricultores através da disponibilização de formação, serviços de desenvolvimento empresarial, informações para aceder a novos mercados e, mais importante ainda, acesso a fontes de financiamento não tradicionais, tem um impacto direto na prevenção do trabalho infantil.

Guiada por esta visão, a Fundação ECLT prolongou por mais um ano o Projeto PROSPER RESET, que decorreu ao longo de 2024 nas regiões de Tabora, Mbeya e Songwe.



[Clique para ver o vídeo](#)

Gerar lucro com crédito



[Clique para ver o vídeo](#)

O conhecimento empresarial pode mudar vidas

Uganda

Apoiar o governo e os agronegócios
na luta contra o trabalho infantil

A nossa filial no Uganda, a Eliminação do Trabalho Infantil na Agricultura (ECLA), em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), implementou o projeto “Reforço da capacidade dos governos para combater o trabalho infantil e/ou o trabalho forçado e as violações das condições de trabalho aceitáveis na África Subsaariana” (CAPSA) nos distritos de Hoima, Kikuube e Masindi.

O Projeto CAPSA teve como objetivo tornar mais eficaz a aplicação da legislação e das políticas relacionadas com o trabalho infantil, o trabalho forçado e as violações das condições de trabalho aceitáveis, proporcionar

melhores serviços de assistência às vítimas e reforçar as parcerias para acelerar os progressos na resolução destas questões. Em 2024, um dos mais relevantes marcos alcançados pela ECLA Uganda e pelo Projeto CAPSA foi o desenvolvimento e a aprovação de estatutos no âmbito do trabalho infantil e do trabalho forçado em seis sub-condados nos distritos de Hoima, Kikuube e Masindi.

Estes estatutos foram elaborados numa série de reuniões consultivas e subsequentemente aprovados em reuniões do conselho, tendo sido divulgados através dos meios de comunicação social, mensagens de rádio e reuniões de sensibilização

da comunidade – alcançando cerca de 300.000 pessoas.

Adicionalmente, a ECLA Uganda prestou assistência técnica na elaboração do Plano de Ação Distrital (DAP) de Masindi sobre a eliminação do trabalho infantil.

Este plano foi criado através de um processo consultivo abrangente, nomeadamente com a participação de várias partes interessadas, representantes técnicos e políticos distritais, organizações da sociedade civil e líderes comunitários. O DAP foi formalmente aprovado pela Comissão Executiva Distrital e promulgado pelo Conselho Distrital.



Paralelamente aos esforços de apoio aos governos distritais e dos sub-condados, a ECLA colaborou também com empresas agrícolas de setores-chave, como o chá e a cana-de-açúcar, para reforçar as suas capacidades no domínio da diligência devida, das piores formas de trabalho infantil e das condições de trabalho aceitáveis, integrando em simultâneo as questões do trabalho infantil nas políticas e obrigações contratuais com os respetivos parceiros comerciais.

"O apoio e a colaboração com a OIT e a Fundação ECLT desempenharam um papel fundamental no combate ao trabalho infantil no Uganda e serviram de farol de esperança e inspiração, provando que é possível alcançar mudanças significativas através do esforço e empenho coletivos."

Edrisa Wambewo, Diretor Executivo da ECLA Uganda.

Foram também realizadas atividades a nível comunitário no âmbito do Projeto CAPSA, nomeadamente a identificação e o encaminhamento de crianças trabalhadoras para serviços de assistência, formação profissional e estágios, sessões de formação para prestadores de serviços de primeira linha, visando melhorar

a capacidade de prestar assistência adequada às vítimas de trabalho infantil e de trabalho forçado, bem como a pintura de murais em locais estratégicos para aumentar a sensibilização para o trabalho infantil e o tráfico.

Para além do Projeto CAPSA, a ECLA Uganda estabeleceu igualmente parcerias com outras partes interessadas, como a Pride Microfinance Uganda e o Post Bank Uganda Limited, para apoiar o acesso das Associações de poupança e de crédito a nível da aldeia (VSLA) a soluções bancárias digitais.

Foi apoiado um total de 240 grupos, constituídos por mais de 7.600 cuidadores, evitando assim indiretamente que 19.000 crianças vulneráveis iniciassem trabalho infantil.



Projeto CAPSA no Uganda: estabelecer colaborações através do reforço de capacidades

“

O apoio e a colaboração com a OIT e a Fundação ECLT desempenharam um papel fundamental no combate ao trabalho infantil no Uganda



EUA

Soluções baseadas em dados concretos para combater o trabalho infantil na agricultura de forma colaborativa

Fotografia de Tim Mossholder

Em 2024, foi apresentado um relatório fundamental ao Grupo de Práticas de trabalho Agrícolas (FLPG), consolidando as conclusões de um estudo bidimensional encomendado e apoiado pela Fundação ECLT.

Esta investigação consistiu num estudo qualitativo conduzido pela Universidade da Carolina do Leste – Instituto de Medicina Agrícola da Carolina do Norte (ECU), que fez parte de uma avaliação de 360 graus em todo o setor agrícola e foi solicitada pelas partes interessadas, sobre o trabalho infantil na Carolina do Norte. A avaliação também envolveu a promoção dos direitos dos trabalhadores agrícolas, a educação dos migrantes, a formação profissional em agricultura, a divulgação de informações sobre saúde aos migrantes, organizações religiosas, a segurança dos trabalhadores agrícolas e programas de formação/assistência técnica aos produtores.

A investigação incluiu igualmente um inquérito quantitativo aos produtores realizado a 1.379 produtores pelo Departamento de Agricultura e Serviços ao Consumidor da Carolina do Norte/ Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – Serviço Nacional de Estatísticas Agrícolas (NCDACS/USDA-NASS).

Os objetivos da avaliação qualitativa de 360 graus do trabalho infantil na agricultura na Carolina do Norte consistiram em identificar boas práticas no setor agrícola que ajudam a prevenir ou mitigar o trabalho infantil, identificar

potenciais ângulos mortos ou pontos de entrada onde pode ocorrer trabalho de menores, nomeadamente a disponibilidade e as barreiras aos programas para jovens em zonas onde estes trabalham na agricultura e apoiar a ação coletiva para expandir as boas práticas e colmatar as lacunas identificadas, de modo a garantir que as comunidades agrícolas dispõem dos recursos, conhecimentos e apoio necessários para prosperar.

Dos 1.379 produtores selecionados aleatoriamente pelo USDA, foram recebidas 650 respostas, tendo sido utilizadas 613 respostas de produtores de várias culturas, incluindo bagas, árvores de Natal, milho, algodão, frutas, cânhamo, cogumelos, amendoim, soja, batata-doce, tabaco e vegetais.

Com base nas recomendações do inquérito, foram realizados debates com a GAP Connections para responder à necessidade de formação. Consequentemente, a ECLT e a GAP Connections desenvolveram em conjunto uma série de módulos de e-learning, que foram lançados na plataforma de e-learning da ECLT.

Clique nos links abaixo para aceder aos módulos de formação;



Visão geral do trabalho infantil



Jovens trabalhadores na agricultura



Avaliação dos riscos



Colaboração com o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos

A Fundação colaborou de forma significativa com o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos (USDOL), apresentando um trabalho transformador no Maláui e na Tanzânia.

A ECLT apresentou o Código de Práticas de Trabalho Agrícola (ALP) do Maláui, que marca uma mudança estratégica do arrendamento tradicional para sistemas modernos de trabalho assalariado.

A ECLT apresentou ainda os marcos notáveis alcançados na Tanzânia, entre os quais se inclui uma revisão abrangente das tarefas perigosas para crianças e a finalização da Estratégia Nacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (2024-2028).

A Fundação ECLT informou também o USDOL das suas alianças estratégicas com autoridades responsáveis por culturas essenciais, incluindo o Conselho do Tabaco, o Conselho do Sisal e o Conselho do Algodão da Tanzânia, os quais estabeleceram um quadro abrangente para combater o trabalho infantil em vários setores agrícolas.

Além disso, a ECLT realizou uma série de reuniões em Washington DC em setembro de 2024. Estas reuniões incluíram discussões de alto nível com responsáveis do Departamento do Trabalho dos EUA, representantes do Conselho para o Comércio Internacional dos EUA, da Federação Americana do Trabalho e Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO), bem como representantes da Organização Internacional do Trabalho.

Zimbabwe

Colaboração multilateral para a proteção das crianças

Em 2024, a ECLT continuou a participar ativamente no setor agrícola do Zimbabué, reforçando as normas de trabalho e impulsionando iniciativas de proteção infantil.

Desenvolvendo trabalhos em estreita colaboração com o Ministério da Função Pública, Trabalho e Previdência Social (MoPSLSW) e o Conselho da Indústria e Comercialização do Tabaco (TIMB), a ECLT prestou apoio técnico e financeiro para promover mudanças sustentáveis.

Colaboração com o Ministério do Trabalho

A ECLT deu continuidade à sua parceria com o Ministério do Trabalho, apoiando os esforços para reforçar a proteção contra o trabalho infantil a nível nacional.

Uma das principais conquistas foi a assistência na elaboração da Lista nacional do Zimbabué de tarefas perigosas para crianças com menos de 18 anos na agricultura – uma ferramenta essencial para evitar que as crianças participem em trabalhos perigosos.

A ECLT liderou também consultas com as partes interessadas para ajudar a definir um Plano de Ação Nacional (PAN) coordenado e baseado em dados concretos sobre o trabalho infantil.

Apoiar o TIMB e o setor do tabaco

A nossa parceria com o TIMB continua a ser fulcral para o trabalho da ECLT no Zimbabué. Em 2024, prestámos apoio financeiro e de reforço de capacidades para fortalecer os direitos humanos e os direitos laborais no setor.

Apoiámos as sessões nacionais e regionais de formação de formadores da ALP, que contaram com mais de 680 participantes – incluindo representantes do governo e da indústria – a fim de promover práticas de trabalho justas em todo o setor do tabaco.

Indaba sobre trabalho infantil

Uma Indaba é uma assembleia tradicional africana onde os líderes comunitários se reúnem para discutir questões importantes de forma colaborativa, enfatizando a compreensão mútua, a criação de consensos e a resolução coletiva de problemas.

Em fevereiro de 2024, a ECLT coorganizou a Indaba sobre trabalho infantil em Harare, no Zimbabué, em parceria com o TIMB. Este workshop reuniu Conselhos Nacionais de Emprego (CNE), a sociedade civil, sindicatos, instituições constitucionais independentes e organizações internacionais, com um enfoque específico na criação de soluções concretas em setores económicos com elevada prevalência de trabalho infantil (mineração, comercial, agrícola e doméstico).

Dado que 25,6% das crianças do Zimbabué com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos estão em situação de trabalho infantil, a Indaba centrou-se na mobilização de apoio em todos os setores e no desenvolvimento de um roteiro claro para a ação.

Os representantes da indústria, da OIT e dos CNE dirigiram-se aos 180 participantes, partilhando perspetivas sobre a situação do trabalho infantil, os principais desafios e as ações prioritárias, bem como a sua visão sobre os progressos futuros nos respetivos setores.

O evento promoveu com sucesso a colaboração intersectorial, criando uma abordagem unificada para combater o trabalho infantil.

A ECLT está empenhada em apoiar as ações de acompanhamento resultantes da Indaba e continuará a trabalhar com o MoPSLSW para garantir a responsabilização e o progresso dos compromissos assumidos.

[Clique para ver o vídeo](#)



“
A Indaba centrou-se na mobilização de apoio em todos os setores e no desenvolvimento de um roteiro claro para a ação



REFORÇAR A PROMOÇÃO E O ENVOLVIMENTO POLÍTICO

A ECLT desempenha um papel vital na promoção e no envolvimento político, servindo de ponte entre as partes interessadas na luta contra o trabalho infantil na agricultura.

A Fundação colabora ativamente com os governos para reforçar os quadros políticos nacionais e os mecanismos de implementação, oferecendo conhecimentos técnicos para ajudar a colmatar as lacunas de governação que contribuem para o trabalho infantil.

Através de parcerias estratégicas com os ministérios do trabalho, da educação e da agricultura, a ECLT promove políticas coerentes que abordam as causas profundas, como a pobreza, o acesso limitado à educação e a inadequada proteção social.

Mais além da participação do governo, a ECLT facilita diálogos multilaterais que reúnem decisores políticos, empresas, organizações da sociedade civil e representantes das comunidades. Estas plataformas permitem a partilha de abordagens baseadas em dados concretos e de boas práticas, promovendo o desenvolvimento de políticas que reflitam as realidades no terreno.

O trabalho de promoção da Fundação está firmemente alicerçado nas nossas experiências a nível comunitário, permitindo à ECLT amplificar as vozes locais em fóruns nacionais e internacionais, agências da ONU e coligações industriais.

Ao demonstrar soluções práticas através dos nossos programas, a ECLT

apresenta recomendações políticas com dados concretos tangíveis do que funciona, influenciando, em última análise, a mudança sistémica para a eliminação sustentável do trabalho infantil nas cadeias de abastecimento agrícolas.

Em 2024, a ECLT intensificou o seu compromisso com o envolvimento e a promoção de políticas através de parcerias estratégicas e iniciativas inovadoras em várias regiões.

A nossa abordagem centra-se em estratégias colaborativas e multilaterais que visam abordar os desafios complexos do trabalho infantil na agricultura através do desenvolvimento de políticas abrangentes, iniciativas regionais e intervenções direcionadas.



A ECLT

NO FÓRUM DA ONU SOBRE EMPRESAS
E DIREITOS HUMANOS DE 2024

A Fundação ECLT e a Better Cotton realizaram uma apresentação conjunta no Fórum da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos de 2024 sobre o tema “Combater o trabalho infantil na agricultura através da participação multilateral”.

A sessão destacou a forma como as iniciativas multilaterais são essenciais para reunir governos, empresas e a sociedade civil para promover a colaboração e soluções cocriadas para eliminar o trabalho infantil na agricultura.

A Better Cotton, que trabalha com cerca de 2,5 milhões de agricultores em todo o mundo, apresentou a sua transição de abordagens baseadas na conformidade para uma diligência devida pró-ativa a nível das explorações agrícolas, tendo a ECLT partilhado os conhecimentos adquiridos ao longo de duas décadas de trabalho que abrangeu mais de 1,5 milhões de crianças e adultos em comunidades agrícolas.

Um estudo de caso relevante do Zimbabué ilustrou como as medidas voluntárias podem evoluir para quadros obrigatórios quando as partes interessadas colaboram de forma eficaz. A ECLT descreveu detalhadamente o nosso trabalho no Zimbabué, onde ajudámos a integrar as normas de trabalho nos requisitos de licenciamento dos produtores e estabelecemos sistemas de monitorização em todas as explorações agrícolas e culturas.

Esta transformação criou igualdade de condições ao exigir que todos os participantes do setor têm de manter normas coerentes, evitando um nivelamento por baixo ao lidar com os riscos em matéria de direitos humanos.

A Better Cotton partilhou sucessos semelhantes do Paquistão, onde as comissões comunitárias de monitorização do trabalho infantil promoveram a apropriação local das iniciativas de proteção. Os apresentadores concluíram com um apelo ao reforço da colaboração intersectorial, instando as empresas a investir em programas a nível das explorações agrícolas e a assumir a responsabilidade pelas suas cadeias de abastecimento. Instaram igualmente os governos a melhorar as infraestruturas sociais e o acesso à educação, e as organizações da sociedade civil a amplificar as vozes das comunidades agrícolas.

Ambas as organizações concordam que, não obstante as medidas voluntárias garantam a apropriação e o empenhamento locais, as normas obrigatórias são essenciais para criar uma mudança duradoura.

Ao reunir as diversas partes interessadas e combinar os conhecimentos práticos das comunidades agrícolas com os quadros regulamentares, as iniciativas multilaterais demonstram como a ação coletiva pode impulsionar um progresso significativo na eliminação do trabalho infantil das cadeias de abastecimento agrícolas.



10 ANOS DEPOIS

A promessa

A PROMESSA DE COMPROMISSO DA FUNDAÇÃO ECLT: UMA DÉCADA DE AÇÃO COLABORATIVA CONTRA O TRABALHO INFANTIL

Em 2024, comemoramos o 10.º aniversário da Promessa de Compromisso dos Membros da Fundação ECLT, um acordo histórico para combater o trabalho infantil através de políticas sólidas, diligência devida e reparação.

Em consistência com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, a Promessa de Compromisso constitui um quadro para os nossos contribuidores alinharem, reforçarem e, sempre que necessário, expandirem as atuais políticas e práticas de combate ao trabalho infantil na cultura do tabaco.

Origem e propósito

No dia 10 de dezembro de 2014, a Fundação ECLT assinalou um

momento crucial no combate ao trabalho infantil ao lançar a Promessa de Compromisso dos seus membros.

Este acordo setorial pioneiro representa um esforço coletivo das partes interessadas da indústria do tabaco para defender os direitos das crianças e eliminar o trabalho infantil nas cadeias de abastecimento de tabaco.

A Promessa foi testemunhada por duas organizações internacionais respeitadas – a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Save the Children Suíça – salientando a sua importância a nível mundial e o compromisso com as normas internacionais do trabalho.

2014-2024

UMA DÉCADA DE TRANSFORMAÇÃO

100%

A cobertura política aumentou de 90% para 100%

80%

Os esforços de remediação aumentaram de 60% para 80%

80%

Os sistemas de diligência devida em matéria de trabalho infantil aumentaram de 70% para 80%

74%

Mecanismos operacionais de queixa criados em 74 países

Princípios fundamentais

Com base nos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, a Promessa define um quadro claro para uma atividade empresarial responsável. Os signatários comprometem-se com três domínios fundamentais:

1. **Compromisso político:** Desenvolver e implementar políticas sólidas para eliminar o trabalho infantil
2. **Diligência devida:** Identificar, prevenir e mitigar sistematicamente os impactos negativos do trabalho infantil em todas as cadeias de abastecimento
3. **Remediação:** Proporcionar ou cooperar em processos legítimos para resolver e retificar incidentes de trabalho infantil

Os signatários e os seus compromissos

A Promessa reúne várias partes interessadas, cada uma com responsabilidades específicas:

- **Empresas de tabaco:** Desenvolver e implementar políticas de eliminação do trabalho infantil, efetuar as devidas diligências e apoiar os esforços de remediação
- **Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA):** Sensibilizar, divulgar informações e promover a prevenção do trabalho infantil entre as comunidades produtoras de tabaco
- **Fundação ECLT:** Mobilizar recursos, orientar a implementação e apoiar os signatários na realização dos objetivos da Promessa

Olhar para o futuro

À medida que a Promessa entra na sua segunda década, continuamos empenhados numa melhoria contínua.

As principais prioridades para 2024-2030 incluem:

- Desenvolver normas abrangentes para atividades de trabalho infantil proibidas
- Apoiar iniciativas de rendimento de subsistência para os produtores de tabaco
- Expandir a colaboração intersetorial para fazer face aos desafios sistémicos



[Ler o Relatório da Promessa de Compromisso](#)



[Assista ao webinar sobre a Promessa de Compromisso](#)



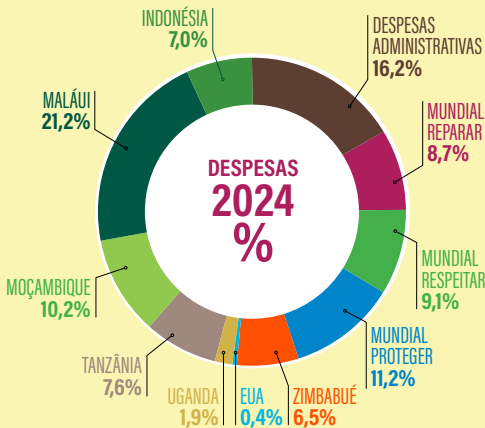
Balanço em USD	31.12.24	31.12.23
ATIVOS		
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa	3.959.938	4.155.768
Contas a receber	51.802	81.328
Encargos pagos antecipadamente	108.576	172.389
Total dos ativos correntes	4.120.316	4.409.485
Ativos a longo prazo		
Ativos financeiros	66.207	71.291
Total dos ativos a longo prazo	66.207	71.291
Total dos ativos	4.186.523	4.480.776
PASSIVOS, CAPITAL E FUNDOS		
Passivos correntes		
Contas a pagar	434.650	64.000
Contas a pagar acumuladas	115.381	92.590
Provisões	-	60.122
Total dos passivos correntes	550.032	216.713
Capital dos fundos		
Total dos fundos	916.265	370.868
CAPITAL DA ORGANIZAÇÃO		
Capital inicial (Fundação)	180.690	180.690
Capital livre (fundos sem restrições)	2.539.537	3.712.506
Fundos sem restrições acumulados	3.712.506	4.299.200
Resultado anual (antes da imputação ao capital da organização)	(1.172.968)	(586.695)
Total do capital da organização	2.720.227	3.893.195
Total dos passivos e do capital da organização		
Total	4.186.523	4.480.776

O relatório de auditoria de 2024 foi assinado pela RSM em maio de 2024. As Demonstrações Financeiras serão submetidas ao Conselho da Fundação para aprovação em junho de 2025.

Declaração de receitas e despesas em USD

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	2024	2023
Contribuições dos doadores		
Das quais sem restrições	3.668.837	3.683.271
Das quais com restrições	710.818	370.868
Total do resultado operacional	4.379.655	4.054.139
Despesas do programa		
Proteger: Atividades de política e de promoção	(967.615)	(821.689)
Respeitar: Atividades de compromisso	(568.274)	(653.685)
Reparar: Atividades do projeto e investigação	(2.712.622)	(2.044.443)
Total das despesas do programa	(4.248.512)	(3.519.817)
Despesas administrativas	(824.045)	(789.137)
Total das despesas	(5.072.557)	(4.308.954)
Resultados operacionais	(692.902)	(254.815)
Resultados financeiros		
Total	65.331	38.989
Resultado antes da variação do capital dos fundos	(627.571)	(215.827)
Variação do capital dos fundos		
Total	(545.397)	(370.868)
Resultado anual (antes da imputação ao capital da organização)	(1.172.968)	(586.695)
(Imputações)/Afetações		
Capital livre	1.172.968	586.695



Despesas USD	2024	2023
Estados Unidos da América	22.503	71.139
Guatemala	0	1.685
Indonésia	354.859	127.816
Maláui	1.073.639	992.613
Moçambique	519.197	263.918
Tanzânia	387.724	232.435
Uganda	94.000	87.108
Zimbabué	327.620	219.993
Mundial - Proteger	569.916	500.063
Mundial - Respeitar	460.224	498.561
Mundial - Reparar	438.829	524.486
Despesas administrativas	824.045	789.137
Total das despesas	5.072.557	4.308.954



A Fundação ECLT

MEMBROS DA EQUIPA

Innocent Mugwagwa
Diretor Executivo

Franck Archinard
Gestor Financeiro

Irena Manola
Gestora de Operações

Ludivine Richner
Responsável pelos
Programas e a Promoção

Mathilde Berger
Responsável pelos
Programas

Roi Fernández Agudo
Gestor de Programas

Víctor Díaz
Gestor de Comunicação e
Reforço de Capacidades

Vincent Raad
Responsável pelos
Programas

CONSULTORES NÃO EXECUTIVOS

**Organização
Internacional do Trabalho**

Benjamin Smith
Conselheiro técnico
designado

AVALIADORES EXTERNOS

**Agricultural Research and
Extension Fund (ARET)**

Dr. Benjamin Mutetwa

**Centre for Development
Management (CDM)**

CIRCLE Indonesia

Resolution Economics

MEMBROS DO CONSELHO

Michiel Reerink
Presidente da ECLT

Maria Reymão
Tesoureira da ECLT

Anthony Jackson

Carsten Roll

Charlie Watson

Donato Del Vecchio

Eduardo Jardim

Mathew Wilde

Mercedes Vazquez

Mette Valentin

Simon Steyne

Song Wang

Tony Dunnage

CONTRIBUIDORES

**Alliance One
International, Inc.**

**British American
Tobacco Holdings**

**Contraf-Nicotex-
Tobacco GMBH**

Hail & Cotton Inc.

Imperial Brands, PLC

**Associação Internacional
de Produtores de Tabaco
(ITGA)**

**Japan Tobacco
International & Japan
Tobacco Inc.**

Landewyck Tobacco

Premium Tobacco

**Grupo Escandinavo do
Tabaco (STG)**

Swedish Match

Universal Corporation

A Fundação para a Eliminação do Trabalho Infantil no Cultivo do Tabaco (ECLT) dedica-se a promover e apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho infantil, tal como definidas nos instrumentos pertinentes da Organização Internacional do Trabalho, nas comunidades produtoras de tabaco.

A Fundação ECLT é uma organização suíça independente sem fins lucrativos, registada e a desenvolver a sua atividade em conformidade com a legislação aplicável da Confederação Suíça. Não obstante a Fundação valorize o apoio dos seus contribuidores financeiros, as políticas, posições e ações da ECLT refletem exclusivamente a sua missão.

Como tal, as políticas, posições e ações da Fundação não devem ser interpretadas como aprovação, promoção ou representação das posições, atos e omissões de qualquer um dos seus contribuidores ou da indústria do tabaco. Além disso, a Fundação não fala nem atua em nome dos seus contribuidores financeiros ou da indústria do tabaco.

A Fundação ECLT valoriza a transparência, a responsabilização, a sustentabilidade e a integridade no seu trabalho e está empenhada em contribuir para o objetivo mundial comum de uma economia rural próspera, sem qualquer forma de trabalho infantil.





Na Fundação ECLT, trabalhamos para catalisar o poder dos Estados, das empresas e das comunidades agrícolas na ação coletiva para eliminar todas as formas de trabalho infantil na agricultura.

Defendemos a necessidade de políticas fortes, partilhámos as melhores práticas para multiplicar o nosso impacto e envolvemos famílias rurais, para que possam beneficiar da agricultura, garantindo ao mesmo tempo que os seus filhos se mantêm saudáveis, escolarizados e que são encorajados a alcançar o seu pleno potencial.

Uma vida melhor para as crianças, agricultores e famílias.

Visite a nossa plataforma de e-learning:

<https://learn.eclt.org>

Visite o nosso site:

www.eclt.org

